

RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.387 - SC (2013/0314996-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : CONSTRUTORA FONTANA LTDA
ADVOGADO : RAFAEL DA SILVA TROMBIM E OUTRO(S) - SC017649
RECORRIDO : CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RESIDENCIAL D'AMPEZZO
ADVOGADO : ALBERT ZILLI DOS SANTOS E OUTRO(S) - SC013379

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, interposto por CONSTRUTORA FONTANA LTDA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fl. 163):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONSTRUÇÃO CIVIL. MUDANÇA NO PROJETO INICIAL. NÃO CONSTRUÇÃO DE 14 ARMÁRIOS. SUPRESSÃO DE ÁREA COMUM. CONSTRUÇÃO DE MAIS 2 BOXES DE ESTACIONAMENTO. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. CONDOMÍNIO PLEITEANDO INDENIZAÇÃO POR DANOS À ÁREA COMUM E PRIVATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 22, § 1º, "A", DA LEI 4.591/64. LEGITIMIDADE. VIABILIDADE DO CONDOMÍNIO PLEITEAR INDENIZAÇÃO DOS DANOS NA QUALIDADE DE REPRESENTANTE LEGAL CONDÔMINOS. RELAÇÃO DE CONSUMO NÃO CARACTERIZADA. REPARAÇÃO CIVIL. ART. 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL. PRAZO DECADENCIAL TRIENAL. AJUIZAMENTO NO PRAZO. DECADÊNCIA NÃO RECONHECIDA. RECURSO PROVIDO.

Conforme dicção do art. 22, § 1º, alínea "a", da Lei 4.591/64, detém o condomínio legitimidade ativa para representar os condôminos em ação visando a indenização de eventuais defeitos construtivos que vierem a ser constatados, tanto na área comum da edificação como nas áreas privativas dos condôminos.

A parte que vier a demandar a construtora pelos defeitos construtivos que forem verificados na obra por esta realizada pode pleitear a reparação desses, seja através de pedido de indenização pelos danos materiais verificados na edificação ou ainda através de pedido de conserto dos danos, com fundamento no art. 186 do Novo Código Civil.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 341/346).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 349/359), a recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos legais:

(i) art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, sob o argumento de que "ao rechaçar sem qualquer fundamento os embargos declaratórios, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina maltrata a Constituição Federal, especialmente o disposto nos incisos do art. 5º., *in verbis*: [...]" (e-STJ, fl. 352).

(ii) art. 535 do CPC/1973, "haja vista que a Recorrente opôs embargos declaratórios suscitando prequestionamento, o que mais uma vez restou rechaçado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina" (e-STJ, fl. 353). Em complementação aduz o seguinte:

Deste modo, doutos Ministros, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina nega seu dever constitucional de prestar jurisdição e promover a mais lúdima Justiça, situação que deve

ser prontamente revista, anulando integralmente a decisão prolatada.

Portanto, em face da clara negativa de prestação jurisdicional, bem como de afronta ou negativa de vigência ao art. 535, II, do Código de Processo Civil, requer seja conhecido e admitido o presente rectirso para fim de anular a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

(iii) art. 6º do CP/1973, alega ilegitimidade ativa do condomínio recorrido uma vez que a ação indenizatória "diz respeito à área privativa de alguns condôminos" (e-STJ, fls. 354/355):

[...].

Todavia, doutos Ministros, com o máximo de respeito, **a ilegitimidade ativa do Condomínio Recorrido é flagrante**, na medida em que o condomínio deduz pedido indenizatório sobre área privativa de alguns condôminos, o que não pode ser aceito, pois afronta o art. 6º. do Código de Processo Civil, que assim dispõe:

[...].

Ora, o que discute o Condomínio Recorrido nos autos da ação indenizatória, em sua parte, **diz respeito à área privativa de alguns condôminos**, o que traduz, de forma nítida, **não ser o Condomínio parte legítima** para ajuizar ação indenizatória em nome próprio, pois o direito que pleiteado nos autos (**indenização por 14 armários**) **diz respeito somente a alguns condôminos**, como bem reconheceu a sentença de primeiro grau, nos termos seguintes:

[...]

Deste modo, em face da decisão afrontar e negar vigência ao disposto no art. 6º. do CPC, conferindo **ao Condomínio Autor legitimidade ativa para pleitear indenização por área que não lhe diz respeito (privativa)**, ainda mais quando referida área é atinente a somente alguns condôminos, requer seja admitido e provido o presente Recurso Especial, para fim de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina, acolhendo a ilegitimidade ativa do Condomínio Autor, nos termos da sentença de primeiro grau.

(iv) art. 26, II, do CDC, sustenta a ocorrência da decadência do direito de ação, para tanto afirma o seguinte (e-STJ, fls. 356/357):

Outro ponto consagrado pela decisão do Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina que nega vigência a dispositivo de lei federal, diz respeito **a ocorrência da decadência** prevista no art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, haja vista que ação foi ajuizada muito tempo após o transcurso do prazo decadencial, situação que bem foi observada pela sentença de primeiro grau.

Fixou o acórdão *a quo*: [...]

Assim, se **entre os condôminos e a construtora há uma relação de consumo**, por decorrência lógica referido status jurídico deverá ser mantido quando o condomínio representa os condôminos em face da construtora, haja vista que o mote do pleito diz respeito ao direito individual de cada um dos condôminos.

Portanto, aplicável ao caso as **disposições atinentes ao Código de Defesa do Consumidor**, pois o condomínio autor demanda em face da Recorrente indenização pela suposta redução da área comum, o que diria respeito a cada um dos condôminos, sendo caso evidente de vício de fácil constatação.

A decisão a quo, assim, ao dizer não aplicável ao caso o prazo decadencial de 90 (noventa) dias previsto no Código de Defesa do Consumidor, nega vigência ao disposto no art. 26, II, do referido Código, que bem determina: [...].

Aponta também divergência jurisprudencial quanto à interpretação e aplicação do art. 26, II, do CDC (e-STJ, fls. 357/358).

Objetiva o provimento do recurso para que seja anulado o acórdão recorrido restabelecendo a sentença de primeiro grau.

Contrarrrazões apresentadas (e-STJ, fls. 376/387).

É o relatório.

Decido.

O recurso foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Da violação do art. 5º, LIV e LV, da CF

Não cabe falar em afronta ao art. 5º, LIV e LV, da CF, pois é inviável a análise de ofensa a dispositivo constitucional em recurso especial, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITO AUTORAL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. EXECUÇÃO PÚBLICA DE OBRAS MUSICAIS POR RÁDIO COMUNITÁRIA. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. DEVER DE PAGAMENTO. ATIVIDADE NÃO LUCRATIVA. IRRELEVÂNCIA.

1. A análise de suposta violação a dispositivos constitucionais é vedada em sede especial, sob pena de usurpação da competência atribuída pelo constituinte ao Supremo Tribunal Federal.

2. Com efeito, resta pacificado no âmbito desta Corte Superior de Justiça que, a partir da entrada em vigor da Lei n.º 9.610/98, a ausência do intuito de lucro é questão irrelevante quando se trata do pagamento de direitos autorais. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1619402/SC, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 23/11/2017.)

Da violação do art. 535 do CPC/1973

De início, no que se refere à suposta ofensa ao art. 535 do CPC/1973, a parte não alegou omissão, contradição ou obscuridade perpetrada pelo Tribunal de origem, somente buscou rediscussão da matéria de fundo.

Com efeito, diante da deficiente fundamentação recursal que impede a exata compreensão da controvérsia, é inafastável a incidência da Súmula n. 284/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

(...)

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.140.214/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 9/11/2017, DJe 20/11/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA EXECUTADA.

1. A alegação de afronta ao artigo 535 do CPC/73 (art. 1.022, CPC/15) de forma genérica impede o conhecimento do recurso especial ante a deficiência na fundamentação. Incidência da Súmula 284 do STF, por analogia.

2. A falta de impugnação a fundamento autônomo do acórdão recorrido inviabiliza o exame da pretensão recursal, em razão da incidência da Súmula 283/STF.

3. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem, com base nas provas carreadas aos autos e na interpretação dos acordos celebrados, concluiu ser obrigação da recorrente realizar o pagamento das despesas processuais. Alterar tal conclusão demandaria nova interpretação de cláusulas contratuais, além de reexame de fatos e provas, providências inviáveis em sede de recurso especial, a teor do disposto nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 313.149/RJ, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/6/2017, DJe 1º/8/2017.)

Ressalte-se que o fato de o acórdão recorrido ter decidido de forma contrária ao interesse dos recorrentes não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional.

Da violação do art. 6º do CPC/1973

O Tribunal de origem concluiu que o condomínio recorrido é parte legítima para pleitear a indenização, com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 327/328):

No que diz respeito à **alegada ilegitimidade do Condomínio** para pleitear indenização pela supressão dos 14 (quatorze) armários, previstos na matrícula nº 62.339, quando do contrato de incorporação, **verificamos que o apelante é parte legítima para o pleito pois**, observa-se que tanto a alínea "a" do parágrafo 1º do artigo 22 da Lei n. 4.591/1964, quanto o artigo 1.348, inciso II, do atual Código Civil prevêm, expressamente, que **competes ao síndico "representar, ativa e passivamente, o condomínio, praticando, em juízo ou fora dele, os atos necessários à defesa dos interesses comuns"**.

Desta forma, **caracteriza-se a legitimidade do apelante** para o pleito uma vez que os direitos pleiteados **ultrapassam o individual e atingem o condomínio como um todo**.

[...].

Assim, **razão assiste à apelante**, uma vez que o condomínio é parte legítima para pleitear sobre questões que afetam diretamente **a área de uso comum do condomínio**, como no **presente caso**, tendo em vista a alegada **mudança no que foi previamente contratado, unilateralmente pelo apelado, sem autorização dos condôminos**.

Destarte, merece ser afastada a preliminar de ilegitimidade do autor para figurar no pólo ativo da presente demanda.

Verifica-se que a decisão do Tribunal *a quo* está de acordo com a jurisprudência firmada nesta Corte superior, segundo a qual "O Condomínio, representado pelo Síndico, é parte legítima para pleitear a reparação dos danos havidos nas partes comuns e nas unidades autônomas do edifício. Inteligência do art. 22, § 1º, "a", da Lei n. 4.591, de 16.12.64 [...]" (REsp 198.511/RJ, Rel. Ministro Barros Monteiro, Quarta Turma, julgado em 24/10/2000, DJ 11/12/2000, p. 203).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONDOMÍNIO. LEGITIMIDADE. AGRAVO IMPROVIDO.

1. **Segundo a jurisprudência desta Corte, o condomínio, representado pelo síndico, possui legitimidade para promover em juízo a defesa dos interesses comuns.** Precedentes.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 674.394/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/5/2015, DJe 28/5/2015.)

DIREITO CIVIL, CONSUMERISTA E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONDOMÍNIO. AÇÃO COMINATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEFEITOS NA CONSTRUÇÃO DO IMÓVEL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS SOFRIDOS PELOS CONDÔMINOS. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM DO CONDOMÍNIO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO LEGAL. NATUREZA PERSONALÍSSIMA DO DANO EXTRAPATRIMONIAL.

1. [...]

3. A legitimidade para atuar como parte no processo, por possuir, em regra, vinculação com o direito material, é conferida, na maioria das vezes, somente aos titulares da relação de direito material. O CPC contém, entretanto, raras exceções nas quais a legitimidade decorre de situação exclusivamente processual (legitimidade extraordinária). Para esses casos, o art. 6º do CPC exige autorização expressa em lei.

4. **Conforme regra** prevista nos arts. 1.348, II, do CC e 22, §1º, "a", da Lei 4.591/64, **o condomínio, representado pelo síndico (art. 12, IX, do CPC), possui legitimidade para promover, em juízo ou fora dele, a defesa dos interesses comuns.**

5. [...]

6. O condomínio é parte ilegítima para pleitear pedido de compensação por danos morais em nome dos condôminos. Precedente da 3ª Turma.

7. Recursos especiais parcialmente conhecidos e nessa parte providos. Sucumbência mantida.

(REsp 1.177.862/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/5/2011, DJe 1º/8/2011.)

Ademais, concluir em sentido contrário ao que restou decidido no acórdão impugnado implicaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, medida vedada em sede de recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7/STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL, PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). CONDOMÍNIO. ILEGITIMIDADE ATIVA. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. REVISÃO. SÚMULAS 5 E 7/STJ. PRECEDENTES DESTES STJ. SÚMULA 83/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETÓRIOS. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/73. POSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE DEMONSTRAÇÃO DO COTEJO ANALÍTICO. AGRAVO DESPROVIDO. (AgInt no AREsp 849.981/MS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 19/10/2017.)

Da violação do art. 26, II, do CDC

A Corte de origem concluiu não se tratar de prazo decadencial de 90 (noventa)

dias, mas sim, de prazo prescricional de 3 (três) anos (art. 206, § 3º, V, do CC/2002), visto que não cuidava a demanda de relação de consumo, e sim, de descumprimento contratual, o qual deve obedecer ao Código Civil (e-STJ, fls. 328/329):

No que tange a ora alegada decadência, não há que se falar em prazo prescricional de 90 (noventa) dias do CDC pois, o prazo prescricional aplicável ao caso é o de 3 (três) anos, de acordo com o previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil, uma vez que não se trata de defeito na prestação de serviço, mais sim de responsabilidade civil por descumprimento contratual.

Determina o art. 206, § 3º, V, do CC:

Art. 206. Prescreve:

§ 3º Em três anos:

I a IV - omissis;

V - a pretensão de reparação civil.

Assim, consoante julgado desta Corte de Justiça:

[...] em se tratando de reparação dos danos causados pelos defeitos, o prazo **é de natureza prescricional e não decadencial**, nos termos do art. 206 do Código Civil de 2002. Assim, prescreve em três anos a pretensão de reparação civil (art. 206, § 3.º, V). Portanto, a questão da decadência em cento e oitenta dias não atinge a pretensão do comitente de reparação pelos danos causados pelos defeitos de solidez e segurança que está sujeita ao prazo prescricional de três anos, por se tratar de demanda condenatória (tal prazo substitui o caput do art. 177 do CC de 1916). (LOPEZ, op. cit., p. 300) (Ap. Civ. n. 2009.003817-8, de Lages, rel. Des. Henry Petry Junior, j. em 30-8-2010).

É o caso dos autos, pois **há** alegação de que houve **mudança do projeto originalmente aprovada** e inclusive constante da **incorporação do condomínio junto ao Registro Civil**.

Assim, a contagem do prazo iniciaria-se a partir da primeira assembléia geral dos condôminos que, no presente caso, **ocorreu em abril/2006**.

Portanto, como **a ação foi ajuizada em janeiro/2009, dentro do prazo trienal**, não há que se falar em prescrição.

A alegação do apelante merece prosperar, pois impende destacar que a presente **ação não se refere a uma relação de consumo**, mas a **descumprimento contratual e como tal deve obedecer os preceitos do Código Civil**.

Dessa forma, afasta-se a alegada ocorrência de decadência.

Contudo, no recurso especial, apontando contrariedade ao art. 26, II, do CDC, a recorrente sustenta tão somente a decadência do direito de ação da parte recorrida, ante uma eventual relação de consumo existente entre a construtora e os condôminos.

Verifica-se, portanto, que a parte não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido, trazendo alegações dissociadas do que ficou decidido no aresto. Incidem, portanto, as Súmulas n. 283 e 284 do STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DEMORA INJUSTIFICADA NA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. NÃO IMPUGNAÇÃO. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. RAZÕES DISSOCIADAS DA MATÉRIA TRATADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. SÚMULA 7/STJ. REVISÃO DO VALOR. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. NÃO PROVIMENTO.

(...)

2. As razões elencadas pelo Tribunal de origem não foram devidamente impugnadas. Incidência do enunciado 283 da Súmula/STF.

3. Não se conhece de recurso especial cujas razões estão dissociadas da matéria tratada pelo acórdão recorrido. Súmula 284/STF.

(...)

7. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 774.370/RS, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2015, DJe 23/11/2015.)

CONSUMIDOR E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CLÁUSULA EXCLUDENTE DA COBERTURA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. SFH. ACÓRDÃO FUNDADO NO CDC. NULIDADE DA CLÁUSULA. ART. 51, IV, DO CDC. ESPECIAL DISTANCIANDO-SE DA FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO. TESE SUFICIENTE NÃO IMPUGNADA. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

(...)

3. A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1.507.662/PB, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/8/2015, DJe 28/8/2015.)

Da divergência jurisprudencial

Para o conhecimento do recurso especial com base na alínea "c" do permissivo constitucional, seria indispensável demonstrar, por meio de cotejo analítico, que as soluções encontradas tanto na decisão recorrida quanto nos paradigmas tiveram por base as mesmas premissas fáticas e jurídicas, existindo entre elas similitude de circunstâncias. Contudo, a parte recorrente não se desobrigou desse ônus, nos termos dos arts. 255, §§ 1º e 541, parágrafo único, do CPC/1973.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE COTEJO ANALÍTICO. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litúgio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

2. O Tribunal de origem consigna que o depósito judicial realizado pela recorrente já foi considerado na decisão que apreciou a impugnação ao cumprimento de sentença, com trânsito em julgado.

Porém, mesmo considerando o valor depositado, ainda assim há um saldo remanescente no importe de R\$ 64.702,01. A reforma do aresto, neste aspecto, demanda inegável necessidade de reexame de matéria probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

3. Para a análise da admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, torna-se imprescindível a indicação das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, a fim de demonstrar a divergência jurisprudencial existente, o que não ocorreu no caso em apreço.

4. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que não se aplica a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, como é o caso dos autos.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1.358.026/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/3/2019, DJe 1º/4/2019.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DECLARATÓRIA C/C PEDIDO CONDENATÓRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. No que respeita à afronta aos arts. 4º, III, 6º, II e III, VI e 39, I, do Código de Defesa do Consumidor, incide, na espécie, verbete sumular 211 do STJ, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não teve o competente juízo de valor aferido, nem interpretada ou a sua aplicabilidade afastada ao caso concreto pelo Tribunal de origem.

1.1. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei. (REsp 1639314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017).

2. Revisar as conclusões acerca do preenchimento dos requisitos necessários à inversão do ônus da prova, demanda o revolvimento de fatos e provas, providência obstada pela Súmula 7/STJ.

3. Não comprovação do dissenso pretoriano, nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/15, e art. 255, § 1º, do RISTJ. Ausência de confronto analítico entre os julgados e inexistência de similitude fática entre os acórdãos confrontados.

4. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1.357.875/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 12/2/2019, DJe 19/2/2019.)

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator